

Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica

Sustainable territorial development: a new experience in the Atlantic Rain Forest

Desarrollo sostenible del territorio: una nueva experiencia en el Bosque Atlántico

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1092>

Liliani Marilia Tiepolo, doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matinhos, PR, Brasil. E-mail: liliani@ufpr.br.

Valdir Frigo Denardin, doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matinhos, PR, Brasil. E-mail: valdirfd@ufpr.br.

Resumo

Apresentamos as origens e os primeiros resultados de uma experiência de pós-graduação *stricto sensu* da expansão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), localizada no litoral do estado. A partir de um projeto político pedagógico diferenciado e após oito anos de consolidação, foi criado o Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Seu desafio é realizar pesquisas científicas inter e multidisciplinares que contribuam para o desenvolvimento regional e para o entendimento das constantes tensões envolvidas na conservação e degradação da natureza da região, um notável remanescente da Mata

Atlântica brasileira. Questões paradoxais permeiam todo o território, pois além de rica biodiversidade, conserva traços culturais singulares, ao mesmo tempo em que se destaca como polo industrial de exportação de *commodities* do agronegócio e de prestação de serviços para a exploração do petróleo do pré-sal.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Mata Atlântica. Território. Interdisciplinaridade.

Abstract

We present the origins and the first results of a graduate study experience for the expansion of the Federal University of Paraná (UFPR) located on the coast of State of Paraná. The Academic Masters Studies in Sustainable Territorial Development was created from a differentiated pedagogical political project and after eight years of consolidation. Its challenge is to perform inter and multidisciplinary research that contribute to the regional development and to understand the constant tensions between conservation and degradation of the region's nature, a remarkable remnant of the Brazilian Atlantic Rain Forest. Paradoxical issues permeate the entire territory because – in addition to its rich biodiversity, it preserves unique cultural traits and, at the same time, stands out as an industrial export center of agribusiness commodities and provision of services for the exploitation of the pre-salt oil.

Keywords: Development. Atlantic Rain Forest. Territory. Interdisciplinarity.

Resumen

Se presentan los orígenes y los primeros resultados de una experiencia de postgrado stricto sensu en una expansión de la Universidad Federal de Paraná (UFPR), situada en la costa del estado de Paraná. A partir de un distinto proyecto político pedagógico y ocho años después de

su consolidación, se crea la Maestría Académica en Desarrollo Sostenible del Territorio. Su reto es llevar a cabo la investigación científica inter y multidisciplinar que contribuye al desarrollo regional y para comprender las constantes tensiones entre la conservación y la degradación de la naturaleza de la región, un notable remanente del Bosque Atlántico brasileño. Cuestiones paradójicas impregnan todo el territorio que, además de una rica biodiversidad, preserva rasgos culturales únicos, al mismo tiempo que se erige como centro de exportación industrial de productos agroindustriales y de prestación de servicios para la explotación de petróleo del pre-sal.

Palabras clave: Desarrollo. Bosque Atlántico. Territorio. Interdisciplinariedad.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos desafios de conciliar desenvolvimento e conservação da natureza, o litoral paranaense apresenta uma diversidade de experiências que nos permite refletir sobre várias teorias, abordagens, realidades e interações entre sistemas sociais e ecológicos – em que a população interage com a natureza – e na própria relação entre os seres humanos (SAMPAIO, 2011).

A região costeira do Paraná ocupa uma área de 6.058 km² da Mata Atlântica. Esta é representada por diversas fisionomias vegetais em grande parte florestais e caracterizada pelas formas de relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea. Entre ambientes naturais biodiversos de extremo valor ecológico e paisagens modificadas historicamente vivem cerca de 265.362 habitantes em sete municípios. Nestes que apresentam populações entre 7.871 habitantes em Guaraqueçaba, e 140.469 em Paranaguá, segundo o censo do IBGE de 2010 (TIEPOLO, 2015).

Estas paisagens representam os últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica costeira do Brasil e ainda se encontram relativamente bem conservados graças às características geomorfológicas regionais,

aos processos históricos de ocupação do litoral e à presença de unidades de conservação. A região figura também entre os principais *hotspots* de biodiversidade do planeta e abrange o Mosaico de Áreas Protegidas do Lagamar, um sistema contínuo de manguezais com elevado valor social, cultural, econômico e ecológico. Devido a estas particularidades, diversas iniciativas de conservação começaram a ter efeito a partir da década de 1980, quando se iniciou o processo de criação de unidades de conservação no litoral paranaense, embora com baixo nível de consolidação devido a equívocos conceituais, problemas fundiários, erros na demarcação dos limites, falta de reconhecimento das diversas territorialidades e ausência de políticas públicas voltadas à conservação da natureza e participação social. O não reconhecimento dos territórios de povos tradicionais amplifica a imbricada rede de conflitos ambientais que permeiam todo o litoral do Paraná, trazendo à tona elementos de uma política de abandono propositadamente instalada na região (TIEPOLO, 2015).

A economia local é diferenciada em cada município, mas pode ser simplificada pelas principais formas atuais de uso do solo costeiro: portuário, agrícola, pesqueiro, turístico e o uso destinado à conservação dos ecossistemas e sua biodiversidade (PIERRI et al., 2006). Para Sampaio, o território possui vulnerabilidade socioeconômica devido às ausências históricas de políticas públicas, o que, evidentemente, não contribuiu para o fortalecimento da cidadania e do tecido social caracteristicamente marcado pela identidade territorial. Tal panorama compromete a perspectiva de futuro quanto ao desenvolvimento territorial sustentável construído por e para quem vive e, ainda, viverá no local, comprometendo também a manutenção das dinâmicas ecológicas e a prestação de serviços ecossistêmicos essenciais, como o provimento de água e a segurança territorial para a população (SAMPAIO, 2011).

Nesse cenário, as dinâmicas de desenvolvimento surgem em tempo e espaço diferenciados com estratégias criadas e recriadas pelos atores sociais com diferentes perspectivas de futuro e interações entre si. Os territórios interagem entre si e os atores estabelecem diferentes níveis de relações com o ambiente e com seus modos de vida. Diversas interações expressas em múltiplos fatores explicitam o comportamento ecológico

particular de cada segmento social nessa fração da Mata Atlântica, sejam eles povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, empresários da pesca, veranistas ou migrantes interagindo em seus espaços rurais, urbanos, industriais ou em latifúndios antigos e recentes.

Nesse panorama complexo temos a convicção de que não é possível compreender as dinâmicas dos sistemas ecológicos e sociais apenas se baseando em relações binárias. Aliás, o reducionismo e a fragmentação do conhecimento que permeiam determinados fenômenos vêm provocando crescentes disfunções e distorções nas inter-relações dos sistemas ecológicos e sociais. Portanto, há o reconhecimento de que os problemas contemporâneos não podem ser tratados, entendidos e resolvidos de maneira unidisciplinar. No entanto, é reconhecida a importância da especialização quando esta revela a complexidade da dinâmica socioambiental. Estes aspectos são especialmente exigidos quando se tratam questões ligadas ao desenvolvimento e meio ambiente, como bem traduzem Zanoni et al., para os quais, além de ser uma abordagem paradigmática, a necessária e indispensável interdisciplinaridade se constitui em um desafio metodológico (ZANONI et al., 2002).

Apresentamos, com base na paisagem litorânea da Mata Atlântica paranaense, a experiência de uma nova iniciativa de pesquisa e formação de pesquisadores interdisciplinares na área de Ciências Ambientais, particularmente interessados e comprometidos com alternativas para o desenvolvimento no litoral do Paraná. Situados em uma expansão universitária do ensino superior e próximos de finalizar o primeiro ciclo com a formação dos novos mestres, podemos traçar os contextos, as perspectivas e os processos que têm definido e delineado o curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável nessa trajetória inicial e compartilhar a experiência amplamente. Dividimos essa experiência em quatro partes. A primeira situa o curso em uma matriz de grandes tensões e transformações territoriais em uma das áreas mais bem conservadas do “megadiverso” bioma Mata Atlântica. A segunda apresenta o histórico de inserção do curso a partir do modelo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e a dinâmica

interdisciplinar e multidisciplinar que congrega os docentes nos primeiros anos de criação do novo campus da Universidade Federal do Paraná, em Matinhos, litoral do estado. A terceira parte destaca os objetivos do curso e seu compromisso com o desenvolvimento regional. Caminhando para o fim, sinalizamos como uma desejável alternativa o ecodesenvolvimento com vistas a atingir as vocações socionaturais da região e apresentamos alguns resultados já obtidos com essa primeira turma de novos mestres e jovens pesquisadores a partir dos princípios da pesquisa interdisciplinar e do respeito à sociodiversidade.

2 ANÁLISES

2.1 Entre a conservação e a degradação da Mata Atlântica: tensões e intenções

Como atestam Brandon et al., com cinco importantes biomas e o maior sistema fluvial do mundo, o Brasil, indiscutivelmente, tem a mais vasta biota continental do planeta (BRANDON et al., 2005). Algumas estimativas, consideradas conservadoras, apontam que 13% da biota mundial estão contidas no Brasil (LEWINSOHN; PRADO, 2005), inspirando a divulgação do conceito de um país “megadiverso” (MITTERMEIER et al., 2005). Entre estes biomas, destacamos a Mata Atlântica, com mais de oito mil espécies endêmicas, considerada ameaçada e, portanto, um dos 25 *hotspots* mundiais de biodiversidade. No entanto, menos de 100.000 km² (cerca de 7%) restam de suas florestas (TABARELLI et al., 2005). Em 2003, Hirota apresentava indicativos de que a devastação havia sido especialmente severa nas últimas décadas, com cerca de 11.650 km² de florestas perdidas em um período recente. Tais fatos desafiam qualquer sistema legal de proteção, haja vista que a Mata Atlântica é protegida por legislação própria (Lei da Mata Atlântica nº 11.428/2006) e por outras legislações, como o Código Florestal.

É a partir desse cenário devastado, que iniciativas de conservação têm sido focadas na Mata Atlântica desde 1937, quando a primeira unidade de conservação, o Parque Nacional do Itatiaia, localizado na Serra

da Mantiqueira, nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi criada tardiamente no Brasil. Desde então, essa alternativa de conservação tem se ampliado. No ano 2000, foi estabelecido legalmente um sistema formal e unificado para integrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais reconhecido como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000). Um levantamento, realizado por Rylands e Brandon, apontava que até o ano de 2005 haviam sido criadas 253 unidades de conservação federais protegendo 58.440.704 hectares, e 662 unidades de conservação estaduais, protegendo 53.171.684 hectares (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Muitas polêmicas, tensões e conflitos têm marcado esse modelo de conservação da natureza no Brasil, pois trata diretamente de questões fundiárias (limitações e restrições sobre o uso do solo e dos recursos naturais) e de territorialidades (ancestrais e históricas) (ver ARRUDA, 2000; DIEGUES; NOGARA, 1999; CUNHA, 2000; FERREIRA et al., 2011; SOARES; IRVING, 2006). Por concentrar grande parte da população e das cidades brasileiras, a Mata Atlântica é também o principal palco destas disputas, porém os conflitos distributivos, espaciais e territoriais se encontram assimetricamente relacionados aos diferentes atores que interagem nos territórios. Se por um lado a ação fiscalizadora da aplicação das leis se mostra mais severa contra indivíduos e pequenos coletivos, por exemplo, moradores do entorno de uma unidade de conservação, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, a mesma fiscalização se torna branda quando se trata de empreendimentos governamentais e privados, com tendências à flexibilização de normas e legislações nas mais diversas instâncias para atender aos interesses do mercado. No litoral do Paraná, estas duas faces da mesma moeda têm sido atentamente observadas e analisadas, e revelam uma coleção de elementos que auxiliam a olhar, perceber, sentir, compreender e intervir no território.

A análise de Tiepolo aponta que 947.664,82 hectares do litoral paranaense são protegidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que em nível local é composto por 14 unidades estaduais, oito federais e 11 privadas, totalizando 33 áreas naturais protegidas. Para a autora, uma análise menos atenta tende a considerar que todo

o litoral é protegido, mas à luz das diferentes categorias de Unidades de Conservação, que impõem diferentes modos de uso e de restrições, observa-se que apenas 24,48% (185.010,32 hectares) de área é destinada à proteção integral, ao passo que 75,52% (571.059 hectares) são destinadas ao uso sustentável dos recursos, especialmente as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Envoltas por uma aparente proteção ambiental, o litoral do estado do Paraná se revela como área de elevada tensão ecossistêmica e social, percebidas, sobretudo, pelas suas características naturais, mas também pelo seu crescimento populacional, pelas desigualdades sociais e pelas rápidas transformações nas dinâmicas de uso e ocupação do solo. Configurando assim uma região de grande vulnerabilidade socioambiental (especialmente no que diz respeito às consequências severas de eventos climáticos como: tempestades, vendavais, inundações e alagamentos) sobre as populações humanas e suas atividades produtivas nas zonas urbanas e rurais (TIEPOLO, 2015).

2.2 Um programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial sustentável na Mata Atlântica

Entre os mares de morros florestados dessa paisagem atlântica, úmida e sempre verde, o Campus Litoral surge em 2005 como expansão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), anterior ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A nova expansão se apresenta com um Projeto Político Pedagógico (PPP) que sugere um educando como sujeito da construção de seu conhecimento, utilizando metodologias pedagógicas de aprendizagem, ensino por projetos e um forte compromisso com a cidadania no contexto do desenvolvimento regional.

A partir de um projeto pedagógico diferenciado, que possui características próprias dentro da UFPR e entre instituições de ensino público superior no Brasil, há espaços curriculares para o desenvolvimento de atividades de interação cultural e humanística e de desenvolvimento de projetos de aprendizagem a partir da autonomia de escolha de temas de interesse do estudante. Estes espaços contribuem para articular

diversos saberes e aprofundar olhares sobre o mundo contemporâneo. A estrutura organizacional distinta substitui os departamentos por câmaras técnicas para a gestão dos cursos de graduação. Eles, por sua vez, são formados por docentes com formação específica em suas áreas de conhecimento e por docentes transversais, o que possibilita diálogos e ações interdisciplinares dos docentes entre si e deles com os estudantes. A colaboração e a reciprocidade entre câmaras técnicas favorecem ainda mais esse intercâmbio de conhecimentos e saberes, uma vez que os docentes podem colaborar em outros cursos, de acordo com seus conhecimentos e área de formação.

Situado nesse cenário, um grupo de docentes se engaja na concepção de uma proposta de pós-graduação *stricto sensu*, a primeira do Setor Litoral, considerando os desafios e as oportunidades que o PPP proporciona no mundo contemporâneo brasileiro. Concomitantemente a esse movimento, a atenção é redobrada para a região, que tem sido alvo de grandes investimentos públicos e privados, ligados especialmente ao comércio de *commodities* (grãos, como soja e milho) e a prestação de serviços para a exploração do petróleo do pré-sal.

Com a intenção de avançar no entendimento dessas problemáticas, o Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável foi aprovado pelo Comitê da Área de Ciências Ambientais da Capes em 9 de setembro de 2013, surgindo como apoio à proposta institucional da UFPR – Setor Litoral, que, expresso em seu PPP, instalou um projeto inovador, em uma região geográfica desacreditada historicamente e com debilidades socioeconômicas:

“[...] baseado no comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; a educação como totalidade; e a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade” (UFPR, 2008, p. 9).

O PPP da UFPR – Setor Litoral, consubstanciado na proposta do mestrado, faz-nos refletir sobre que tipo de ser humano e de sociedade se quer construir, ou seja, um desenvolvimento humano, no qual o

conhecimento passe a ser compreendido não mais por sua exatidão, mas por sua complexidade (UFPR, 2008). Assim, as dinâmicas sociais são compreendidas como imbricadas aos sistemas ecológicos, o que remete à necessidade de um conhecimento construído a partir de uma metodologia interdisciplinar.

Os oito cursos de graduação do Setor Litoral direta e fortemente vinculados na proposta aprovada pela Capes são: Gestão Ambiental, Gestão e Empreendedorismo, Gestão Pública, Saúde Coletiva, Serviço Social, Licenciatura em Ciências, Agroecologia e Gestão do Turismo. O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável é respaldado por um conjunto de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes, que demonstram forte inserção social e cultural no território, possibilitando e potencializando exercícios multi e interdisciplinares entre professores, estudantes e comunidades, a partir da inserção de três linhas de pesquisa, a seguir:

- Socioeconomia e Saberes Locais – A linha de pesquisa das correntes teóricas destaca os saberes locais como alternativas de desenvolvimento, ou ainda, as correntes teóricas, que reconhecem que os saberes locais promovem formas alternativas de desenvolvimento territorial sustentável. Considera-se que o modelo de desenvolvimento no mundo contemporâneo se apresenta atendendo apenas aos interesses do mercado e do Estado. A singularidade da organização das populações locais, urbanas e rurais é colocada em xeque quando diversas alternativas de desenvolvimento conflitantes apontam para resultados excludentes. O reconhecimento da sobrevivência das populações locais, ou seja, do seu próprio desenvolvimento, não está no receituário do modelo de desenvolvimento do mercado ou do Estado. A linha é formada por pesquisadores da área de Economia, Turismo, Administração e Agronomia.
- Redes Sociais e Políticas Públicas – Essa linha de pesquisa tem como objetivos principais identificar e analisar as redes de atores sociais no âmbito público e privado, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento territorial; analisar, crítica

- e propositivamente, a formulação e a governança das políticas públicas cujo impacto seja relevante para o desenvolvimento territorial sustentável. Da mesma forma, propõe ferramentas e acompanha intervenções para a gestão dos desafios identificados nos estudos realizados no programa. A linha tem como campo de atuação processos que se desenvolvem nos entes federativos e na sociedade civil. É composta por pesquisadores da área de Ciências Sociais, do Direito e da Saúde.
- Ecologia e Biodiversidade – Já essa linha de pesquisa se propõe a produzir conhecimentos acerca de processos ecológicos e dinâmicas ecossistêmicas que fluem no território, sejam eles antropogênicos ou naturais. Considera a história da ocupação humana, as relações socioeconômicas e o etnoconhecimento como elementos indissociáveis ao uso que se faz da biodiversidade no território. A análise da paisagem, a bioprospecção, os conflitos socioambientais, os serviços ecossistêmicos, as políticas de proteção ambiental e os componentes intangíveis da biodiversidade estão contemplados como objetos de pesquisa. A linha é composta por pesquisadores da área de Ciências Biológicas e Agrárias.

As linhas de pesquisa apresentadas são compostas por docentes com saberes específicos que, no entanto, não são estanques, fechados ou isolados. Elas possibilitam um efetivo diálogo entre ciências sociais e naturais (ser humano e natureza), indispensável à compreensão da crise socioambiental contemporânea e à reflexão sobre possíveis alternativas.

2.3 Compromisso com o desenvolvimento regional

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) está centrado em uma interdisciplinar construção do conhecimento, com vistas à análise da sustentabilidade nos variados territórios locais diante das emergentes complexidades do mundo contemporâneo. O programa é comprometido com a perspectiva de futuro quanto ao desenvolvimento territorial sustentável, construído por e para

as atuais e futuras gerações. Nessa perspectiva, temos a intenção de compreender as dinâmicas ecossistêmicas e as lógicas do mercado e das políticas de Estado, e ainda, a interferência das organizações, sejam elas locais ou globais.

De forma específica, os interesses estão focados na identificação de alternativas e na produção de conhecimentos que permitam a gestão das problemáticas existentes na interface meio ambiente e desenvolvimento, considerando a indissociabilidade entre sistemas sociais e naturais nos processos de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto se destaca a busca por métodos de abordagem interdisciplinares que integrem profissionais de diversas origens em equipes para a abordagem integradora de problemas socioambientais complexos. Por fim, a intenção é a de preparar professores, pesquisadores e outros agentes da esfera pública e privada para atuar na formulação e gestão das políticas de desenvolvimento territorial sustentável, logo, formar profissionais que atuem na promoção do ensino, da pesquisa, da extensão e na proposição de atividades produtivas alternativas. Estes respeitando princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica, nas esferas do mercado, do Estado, da sociedade civil organizada e das comunidades locais.

Almeja-se, assim, que o profissional formado pelo PPGDTS seja capaz de compreender as transformações sociais e naturais que afetam as distintas dimensões dos processos ecossocioeconômicos e as dinâmicas que fluem no território e na organização social. O desafio consiste em construir um referencial teórico norteador que permita a análise de problemáticas socioambientais complexas e valorize as alternativas do modelo dominante de produção e consumo nesta porção da Mata Atlântica.

2.4 O ecodesenvolvimento como conciliador das relações entre seres humanos e natureza

Como conciliar, por um lado, a proteção ambiental, o respeito pela natureza e a restauração de ecossistemas e, por outro, a valorização da diversidade cultural, a consideração pelas tradições e o desenvolvimento

do território? Tratamos aqui de nos questionar sobre uma dupla exigência – estabelecida especialmente pelos fóruns internacionais – que é o caso da conservação da natureza como uma condição indispensável à sobrevivência do planeta e o encorajamento à expressão da diversidade cultural como suporte ao desenvolvimento. Diante do reconhecimento das complexas interações existentes entre diversidade cultural e do ambiente e suas dinâmicas de desenvolvimento, o litoral paranaense constitui uma promissora paisagem para se pensar o desenvolvimento territorial sustentável.

Sem a pretensão de entrar no campo conceitual de território e desenvolvimento, o qual fundamenta a ideia do curso de pós-graduação a partir dos escritos de Abramovay (1998); Haesbaert (2007); Pecqueur (2005, 2006); Raffestin (1993); Sack (1986); Santos (1996); Saquet (2003, 2004 e 2009); Souza (1995), Storper (1997), dentre outros, para contextualizar nossos esforços, nos apropriamos dos postulados de Saquet, para o qual “o território é condição de processos de desenvolvimento” (SAQUET, 2007), e de Cunha que aponta que “[...] reconhecer uma dimensão territorial do desenvolvimento significa, em outros termos, identificar o território como sujeito do desenvolvimento” (CUNHA, 2008, p. 56). Em nossa concepção, percebemos o território enquanto uma construção social de atores (BILLAUD, 2009; GUMUCHIAN; PECQUEUR, 2007; PECQUEUR, 2005) que habitam espaços que, por definição, são heterogêneos e apresentam recursos tangíveis e intangíveis. Nessa abordagem territorial, pensar o desenvolvimento deve, necessariamente, levar em consideração a disponibilidade de recursos, a cultura e o “saber fazer” dos coletivos que, segundo Hubert e Billaud, em seus territórios, imaginam soluções sustentáveis aos problemas que encontram em relação ao uso dos recursos (HUBERT; BILLAUD, 2011).

Partimos do princípio de que as políticas de gestão da natureza, as políticas culturais e as políticas de desenvolvimento territorial, na maioria das vezes, foram pensadas completamente dissociadas, como se houvesse o ser humano de um lado e a natureza do outro. Além das diferenças nos diagnósticos, análises e pistas propostas, concernentes ao modelo de desenvolvimento a promover, parece que a atual crise e as

muitas questões que ela suscita fazem emergir um novo desafio, cujas dimensões éticas e culturais vão muito além das modalidades técnicas de redução de abordagens que não envolvam perspectivas multi, inter e transdisciplinares.

A complexidade da situação nos permite, sobremaneira, uma reconciliação das bases conceituais elaboradas por Ignacy Sachs. O autor propõe, inicialmente, a articulação de quatro postulados, reunindo ideias essenciais ao enfoque do ecodesenvolvimento. A primeira delas é a prioridade no alcance de finalidades sociais, direcionando o processo de crescimento econômico e visando o alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como autodeterminação, participação política e autorrealização; a segunda é a valorização da autonomia ou *self-reliance*, buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais no processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os seus recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em autossuficiência ou isolamento; a terceira é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão de relacionamento dominador (colonial) com o meio ambiente biofísico; e a quarta é a eficácia econômica, situando-a como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos socioambientais do processo de desenvolvimento (SACHS, 1980, 1986).

Para Sachs, o ecodesenvolvimento é

“[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo” (SACHS, 1986, p. 18).

Vieira, por sua vez, menciona que o ecodesenvolvimento é um conceito sistêmico que se apresenta como “[...] uma crítica radical da ideologia economicista subjacente à suposta civilização industrial-

tecnológica” (VIEIRA, 2009, p. 27). Ao se referir ao ecodesenvolvimento, enquanto um verdadeiro progresso, Leis menciona que esse deve levar em consideração aspectos como: “[...] a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas” (LEIS, 1999, p. 146).

Intrínseca ao conceito está a noção de independência das comunidades que, coletivamente, devem buscar a solução de seus problemas, utilizando sustentavelmente os recursos disponíveis no território. O ecodesenvolvimento, enquanto proposta, segundo Sachs, deve “[...] reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas” (SACHS, 1986, p. 18). Nessa perspectiva, Vieira menciona que se faz necessário romper com a tendência de imitação, pelos países do Sul, dos modelos dominantes nos países industrializados do Norte, ou seja, a lógica colonial predominante. Menciona, também, a necessidade de pensar sistemas alternativos de planejamento e gestão que possibilitem gerar estratégias ou estilos de desenvolvimento mais endógenos, participativos, ecologicamente prudentes e que respeitem as especificidades locais e regionais (VIEIRA, 2009).

Por fim, realçamos um conjunto de características inerentes ao ecodesenvolvimento apresentado por Sachs: o esforço de se concentrar na valorização de seus recursos específicos; o ecodesenvolvimento como essencial para a realização da dimensão humana; o uso e gestão dos recursos naturais em uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras; e, a educação como complemento necessário às estruturas participativas de planejamento e gestão. Alia-se às características do ecodesenvolvimento um conjunto de dimensões, aportando complexidade à operacionalização do conceito e nos instigando a pensar o desenvolvimento sob uma perspectiva multidimensional (SACHS, 1986). Sachs menciona também que todo o esforço de planejamento do desenvolvimento deve considerar as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993, 2007). O conceito, características e dimensões do ecodesenvolvimento, nos possibilitam,

portanto, reflexões e práticas para aprimorar as inter-relações entre ser humano e natureza sob uma perspectiva sustentável.

3 ALGUNS RESULTADOS

Nesse curto período (2014-2016), o PPGDTS recebeu a inscrição de 318 candidatos no seu mestrado acadêmico, indicando forte concorrência. Essa situação pode sugerir uma demanda represada de interesse pela área de desenvolvimento territorial sustentável, no âmbito das ciências ambientais em nível regional, haja vista que a nova expansão da UFPR levou oito anos para abrir seu primeiro programa de pós-graduação. Destes candidatos, apenas 45 foram selecionados e até o primeiro semestre de 2016 já foram realizadas oito defesas.

Os temas de pesquisa dessas dissertações têm demonstrado o forte viés regional, foco do programa: (1) *Mulheres profissionais da segurança pública no litoral do Paraná* (SCHNEIDER, 2015); (2) *Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel* (NASCIMENTO, 2015); (3) *Pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná* (GIRALDI COSTA, 2016); (4) *Entre a floresta e a periferia: vulnerabilização humana, políticas públicas e projeção de cenários para o entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Paranaguá* (SEZERINO, 2016); (5) *O uso de vídeo de caráter regional como instrumento didático para a educação ambiental* (GUEDES, 2015); (6) *A Corozinha da Ilha do Mel: territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores(as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá, Paraná* (MOURA, 2016); (7) *Redes de parlamentares na Câmara dos Deputados: uma metodologia de análise da atuação política no Brasil* (PAZ, 2016); e (8) *Sentidos e percursos da cidadania: estudo das relações entre beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos, Paraná* (COSTA, 2016). Vale mencionar que a defesa da dissertação de Ana Clara Giraldi Costa foi realizada na Colônia de Pescadores de Matinhos, devido ao caráter participante da pesquisa, conduzida junto aos pescadores locais. Isso proporcionou um momento de encontro para o diálogo entre ciência e saberes tradicionais, inclusive com a participação simbólica do presidente da Colônia como membro da

banca de avaliação do trabalho. O programa de mestrado buscou com isso experienciar uma avaliação por comunidade ampliada de pares, nos conformes de Funtowicz e Ravetz (1997), além de tratar com coerência os princípios do ecodesenvolvimento que o norteiam, almejando a sua práxis.

A interdisciplinaridade também tem marcado os estudos conduzidos dentro das linhas de pesquisa. Isto se dá porque existe uma grande variedade de formações dentro do quadro de docentes e discentes do PPGDTS. Um exemplo são os mestres que já defenderam suas dissertações, proporcionando-nos a seguinte configuração: uma profissional da área de educação física, um geógrafo, uma agroecóloga, uma gestora ambiental, duas pedagogas, um biólogo e um historiador. Entre os docentes temos as seguintes formações: quatro economistas, quatro biólogos, três cientistas sociais, dois agrônomos, dois fisioterapeutas, uma administradora, um turismólogo, uma advogada, um naturólogo e um químico. Essa característica é notável em todo o curso e poderá auxiliar as coordenações de avaliação dos programas de pós-graduação a entender como tem sido as dinâmicas internas dos cursos em relação ao contexto interdisciplinar na área de Ciências Ambientais.

De um modo geral, as pesquisas das dissertações concluídas têm apontado, em seus resultados, para a predominância da vocação natural na região para formas alternativas de desenvolvimento social e econômico. Trazem também indicativos de que o modelo de desenvolvimento hegemônico atual tem pressionado comunidades, bairros e instituições a reorganizarem seus modos de vida, suas configurações (sociais e produtivas) e suas estratégias de desenvolvimento para atender às novas demandas e interesses do mercado. Em alguns casos identificados, estas transformações têm colocado em risco grandes agrupamentos de pessoas, como é o caso dos pescadores artesanais de Paranaguá, Pontal do Paraná e Matinhos (GIRALDI COSTA, 2016; MOURA, 2016; NASCIMENTO, 2015;) e dos moradores de bairros populosos de Matinhos e Paranaguá (SEZERINO, 2016). Tudo imbricado em uma conjuntura de políticas públicas, a qual precisa ser avaliada quanto à sua efetividade em relação ao foco principal e a uma ação parlamentar pouco preocupada com questões relacionadas

ao desenvolvimento sustentável, como indica o estudo de Paz (2016). Essa recente contribuição ao conhecimento científico regional também vem demonstrar que a educação se mantém como o eixo central para se pensar em novas estratégias de desenvolvimento local, especialmente quando esta aborda temáticas regionais e locais de grande relevância e sentido para os educandos, como comprova a pesquisa conduzida por Guedes (2015) com estudantes da rede pública de ensino regional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar suas atividades de pós-graduação *stricto sensu* em 2014, a nova expansão da UFPR, situada no litoral do Paraná, ampliou sua contribuição social em uma região paradoxalmente esquecida e cobiçada, e notavelmente carente de serviços públicos, ao mesmo tempo em que se mostra um dos remanescentes mais ricos em biodiversidade de toda a costa leste do Brasil, devido ao estado relativamente conservado de suas florestas, sem que isto seja impedimento para o avanço de modelos hegemônicos de desenvolvimento. Para fazer frente às incertezas, se faz necessário pesquisas singulares que evidenciem alternativas ao modelo dominante, ou seja, estilos de desenvolvimento que valorizem o diálogo entre sociedade e natureza.

Diante de cenários como esse, a Capes criou a área de Ciências Ambientais em 2011, devido à complexidade dos problemas ambientais, face à indissociabilidade entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo. Conforme mencionado no documento da área de avaliação trienal de 2013, o novo contexto da produção científica em Ciências Ambientais também reivindica novos diálogos, não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de ciências diferentes, bem como com outras formas de saberes oriundos de culturas heterogêneas.

O PPGDTS tem se pautado no diálogo interdisciplinar em sua curta trajetória, tratando com relevância as novas formas de produção do conhecimento e os novos arranjos alternativos para o desenvolvimento

territorial. Como já abordado por Zanoni et al., essas novas configurações de pesquisa são desafios teóricos e metodológicos necessários ao entendimento das questões ambientais. Entre os esforços empreendidos com esse enfoque, podemos destacar a produção de conhecimento sobre a Mata Atlântica Subtropical e sua gente. Estas paisagens, ocupadas por uma impressionante biodiversidade, por seres humanos ancestrais que as herdaram historicamente e pelas atuais formas de ocupações, nos desafiam e nos inspiram a apurar e investigar singularidades regionais para a compreensão de suas complexas dinâmicas (ZANONI et al., 2002).

A Mata Atlântica, quando entendida como uma paisagem em evolução socionatural, estimula a formação de pesquisadores comprometidos socioambientalmente e que procuram realizar suas investigações científicas sobre o território, no território e com seus atores. Consideramos estes compromissos como condições indispensáveis à busca de modelos alternativos de desenvolvimento territorial. O respeito às diversidades natural e territorial, e às culturas ancestrais, históricas e atuais são princípios éticos para qualquer forma de conciliação entre as diferentes maneiras de se fazer uso da natureza.

Referências

ABROMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: Ministério Extraordinário de Política Fundiária: Governo do Ceará, 1998.

ARRUDA, R. S. V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub, 2000. p. 273-290.

BILLAUD, J-P. La sociologie rurale et la question territoriale: de l'évitement à la réhabilitation. *Études Rurales*, Paris, n. 183, p. 113-128, 2009.

BRANDON, K. et al. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-13, jul. 2005.

COSTA, I. J. S. **Sentidos e percursos da cidadania: estudo das relações entre beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos/PR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudo monográfico. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-61.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco do Mamangá**, Parati, Rio de Janeiro. São Paulo: Nupaub, 1999.

FERREIRA, M. R. et al. Terra inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. (Orgs.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: UFPR Litoral, 2011. p. 13-38.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 219-230, 1997.

GIRALDI COSTA, A. C. **A pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

GUEDES, F. A. C. **O uso de vídeo de caráter regional como instrumento didático para a educação ambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015.

GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. **La ressource territoriale**. Paris: Economica, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HIROTA, M. M. Monitoring the Brazilian Atlantic Forest cover. In: Galindo-Leal C. & I. G. Câmara (eds.). **The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook**. p. 60-65. Center for Applied Biodiversity Science and Island Press. Washington, D.C, 2003.

HUBERT, B.; BILLAUD, J-P. Rio+20: le développement durable à la croisée du local et du global? **Natures Sciences Sociétés**, Paris, v. 19, n. 4, p. 329-330, 2011.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. Quantas espécies há no Brasil? **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 36-42, 2005.

MITTERMEIER, R. A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 14-21, jul. 2005.

MOURA, E. A. **A Corozinha da Ilha do Mel**: territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores(as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá, Paraná. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

NASCIMENTO, E. C. **Malhas da reciprocidade**: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015.

PAZ, F. H. de S. **Redes de parlamentares na Câmara dos Deputados**: uma metodologia de análise da atuação política no Brasil. 2016. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n.1-2, p. 10-22, jan./dez., 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 81-103, dez. 2006.

PIERRI, N. et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de Conservação brasileiras. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.

SACHS, I. **Initiation à l'écodéveloppement**. Paris: Éditions Ouvrières, 1980.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

_____. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, C. A. C. Prefácio. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. de (Orgs.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: UFPR Litoral, 2011. p. 5-7.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-147.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHNEIDER, D. **Mulheres profissionais da segurança pública no litoral do Paraná: um estudo da dinâmica territorial**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015.

SEZERINO, F. de S. **Entre a floresta e a periferia: vulnerabilização humana, políticas públicas e projeção de cenários para o entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Paranaguá**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

SOARES, D. G.; IRVING, M. A. Entre a Paz e a Corrente: conflitos no Parque Estadual da Pedra Branca – RJ. In: IRVING, M. A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusa o social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, 2006. p. 117-121.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.

(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: Guilford Publication, 1997.

TABARELLI, M. et al. Challenges and opportunities for biodiversity conservation in the Brazilian Atlantic Forest. **Conservation Biology** 19, 695–700, 2005.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2015.

UFPR. **Projeto Político-Pedagógico da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral**. Matinhos: UFPR Litoral, 2008.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, São Paulo, n. 14, p. 27-75, abr. 2009.

ZANONI, M. et al. A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos. In: RAYNAUT, C. et al (Orgs.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade – Pesquisas urbanas e rurais**. Curitiba: UFPR, p. 9-25, 2002.

Recebido 26/05/2016

Aprovado em 03/10/2016